



Relatório de Administração 2017 - Enel Cien S.A.

Srs. Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Cien S.A. submete a apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

1) Perfil:

A Enel Cien tem sede em Niterói (RJ) e unidade operacional na cidade de Garruchos (RS). A Companhia realiza atividades de conversão e transmissão de energia elétrica, através da operação de rede de transmissão entre a Argentina e o Brasil.

A Enel Brasil tem 100% de participação na companhia, que é uma sociedade anônima de capital fechado.

Seus principais ativos são as Interconexões Energéticas Garabi I e II, que ocupam uma área de 600 mil m² em Garruchos e possui linhas de transmissão com cerca de mil quilômetros de extensão.

Os sistemas possuem capacidade total de conversão e transmissão de 2.200 MW e estão aptos a transferir energia do Brasil para a Argentina e vice-versa.

Em 04 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida – RAP, pela ANEEL, que sofre reajuste anual e a cada quatro anos a Companhia fica submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da referida RAP.

A equiparação comercial e técnica da Companhia à transmissora de energia das linhas Garabi I e Garabi II tem prazos definidos, sendo de 09 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022.

2) Principais indicadores:

Indicadores Operacionais	2017	2016	Var. %
Capacidade Transmissão (MW)	2.200	2.200	-
Energia Transmitida (GWh)	225	822	-72,6%
Investimento Total (R\$ mil)	9.628	7.883	22,1%

Número de Colaboradores	2017	2016	Var. %
Número de colaboradores próprios	35	37	-5,4%
Número de colaboradores parceiros	88	102	-13,7%
Total	123	139	-11,5%



3) Desempenho operacional

A disponibilidade de energia de 2017 foi de 99,20%, 0,11% menor que em 2016 (99,31%). A redução de disponibilidade não foi relevante e foi decorrente da maior necessidade de desligamentos para manutenções corretivas.

O intercâmbio de energia no ano de 2017 foi de 225 GWh, inferior ao de 2016 (822 GWh). Do montante realizado em 2017, 69% foi exportação, em grande parte direcionada ao Uruguai através do sistema Argentino. Em julho de 2017 entrou em operação a Conversora de Melo no Uruguai, o que diminuiu de forma considerável o intercâmbio de energia através de Garabi.

4) Investimentos:

Os investimentos em 2017 somaram R\$ 9,6 milhões, contra R\$ 7,9 milhões em 2016 anterior (+22,1%). Parte do investimento, R\$ 7,4 milhões, se deve a manutenção e aquisição de equipamentos técnicos, e R\$ 1,0 milhão foi aplicado no sistema de drenagem de Garabi e Santo Ângelo.

5) Sustentabilidade:

A Enel CIEN tem a sustentabilidade na estratégia do seu negócio e sempre busca conhecer as necessidades e expectativas do público das suas áreas de influência para a efetiva ação social e apoio ao desenvolvimento regional. Desta forma, busca assegurar a integração da sustentabilidade em toda cadeia de valor, adotando a abordagem de Criação de Valor Compartilhado no desenvolvimento de seus projetos, reforçando o enraizamento local. A análise de contexto socioeconômico, os diálogos com os diferentes públicos da região, além de pesquisas de opinião são os principais instrumentos para desenvolvimento de projetos, ações e formas de integração com seus públicos. São promovidos contatos sistemáticos com líderes locais para identificação de necessidades e expectativas, levantamento de informações e avaliações dos projetos, acompanhados por meio de indicadores para a construção de valor compartilhado.

O compromisso da Enel CIEN com o desenvolvimento sustentável nos negócios se manifesta nessas diferentes ações e sistemas e também no seu compromisso com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A Enel tem metas diretas para quatro ODS: Educação de Qualidade (ODS 4), Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13), buscando assim a geração de valor compartilhado entre a empresa e seus stakeholders.

Em 2017, os projetos da Enel CIEN representaram um investimento em torno de R\$ 320 mil que beneficiaram cerca de 120 mil pessoas. Como destaque, a empresa apoiou a Expo Agropecuária de São Luiz Gonzaga, por meio do Enel Compartilha Cultura, que acontece de dois em dois anos e valoriza a cultura local. Dentre os diversos projetos desenvolvidos em 2017, destacam-se:

Enel Compartilha Oportunidade: O programa auxilia na promoção do desenvolvimento socioeconômico das regiões onde a empresa atua por meio de formação técnica para empregabilidade para jovens e adultos, além de incentivar a integração entre empregadores das empresas contratadas em sua cadeia de valor com outras empresas da região. O programa ainda auxilia os participantes na identificação de outras oportunidades de emprego, encaminhando-os e auxiliando-os na busca de colocação profissional.



5) Sustentabilidade:

Enel Compartilha Cultura: O programa promove diversas iniciativas de apoio à cultura, envolvendo atividades relacionadas à leitura, literatura, teatro e dança.

Plataforma Sinfonia do Amanhã: Programa que visa fortalecer a educação musical nas regiões de atuação da Enel no Brasil, por meio da criação de uma plataforma colaborativa entre instituições e projetos com esse foco, proporcionando o desenvolvimento e a conexão entre as 26 escolas participantes. O programa promove ainda o acesso à cultura, fortalecimento da cidadania e inclusão social dos beneficiados.

Rede do Bem – Programa de Voluntariado Enel Brasil: Desde 2012 a Rede do Bem promove ações de voluntariado, a fim de estimular a cidadania e criar um ambiente de cooperação entre os colaboradores da empresa com as comunidades. Em 2015 foi lançada a nova plataforma online do programa, que deu aos voluntários mais autonomia e interatividade dentro da Rede do Bem. Em 2017 foram promovidas campanhas de doação e o Natal com Propósito que mobilizou 17 voluntários e beneficiou 500 crianças de São Luiz Gonzaga e Garruchos.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Em 2017 temas como direitos humanos, voto consciente, controle financeiro e cuidados com o meio ambiente, foram abordados nos quatro meses dedicados aos pilares Ser Humano, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Econômico.

A empresa é certificada nas questões relativas a saúde e segurança (OHSAS 18001) e meio ambiente (ISO 14001), que são integradas e possuem sistemas próprios de gestão. Além disso, a Enel Cien colabora com unidades de preservação no Estado do Rio Grande do Sul.

6) Premiações e reconhecimentos:

Prêmio Eloy Chaves 2017 – A Enel CIEN foi eleita a Transmissora de Energia Elétrica mais segura do país, no prêmio promovido pela Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), que destaca as práticas de segurança do trabalho.

7) Composição acionária:

Composição Acionária	2017		2016	
Acionistas	Ações	%	Ações	%
Enel Brasil S.A.	285.044.681	100,00%	285.044.681	100,00%
Minoritários	1	0,00%	1	0,00%
Total	285.044.682	100,00%	285.044.682	100,00%



8) Agradecimentos:

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda de que os resultados alcançados em 2017 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

9) Informações corporativas:

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Abel Alves Rochinha	Diretor Presidente
Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira	Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle
Orestes Lizardo Castañeda Pacheco	Diretor de Operações
Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira	Diretor Administrativo
Janaina Savino Vilella Carro	Diretora de Comunicação
Carlos Ewandro Naegele Moreira	Diretor de Recursos Humanos e Organização
Déborah Meirelles Rosa Brasil	Diretora Jurídica
José Nunes de Almeida Neto	Diretor de Relações Institucionais
José Alves de Mello Franco	Diretor de Regulação
Margot Frota Cohn Pires	Diretora de Compras

Conselho de Administração	Membros
Presidente	Carlo Federico Vladimir Il'ic Zorzoli
Vice-Presidente	Julia Freitas de Alcantara Nunes
Conselheiro	Orestes Lizardo Castañeda Pacheco

Outras informações

- Razão social: Enel Cien S.A.
- Tipo de sociedade: Sociedade Anônima de Capital Fechado
- Endereço sede: Praça Leoni Ramos, 1, 6º andar – São Domingos, Niterói (RJ) – Brasil
- CEP: 24210-205
- Telefone: (55 21) 2555-9802
- CNPJ: 01.983.856/0001-97
- Inscrição estadual: 85.297.945
- Inscrição municipal: 292.261-4
- Página web: <https://www.enel.com.br/>

Isabel Regina Alcantara
Relações com Investidores

Contador Responsável
Franklin Natanael da Silva
CRC RJ-093216/O-0

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Enel Cien S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações
Contábeis Regulatórias

Enel Cien S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações regulatórias.....	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanços patrimoniais regulatório	5
Demonstrações do resultado regulatório.....	7
Demonstrações do resultado abrangente regulatório.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatório	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Enel Cien S.A.
Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Enel Cien S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Enel Cien S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 4.6 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Enel Cien a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Enel Cien preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com opinião sem modificação, com data de 27 de fevereiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

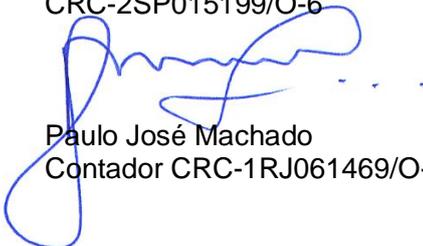


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Paulo José Machado
Contador CRC-1RJ061469/O-4

Enel Cien S.A.

Balanços patrimoniais regulatório
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	37.620	33.375
Títulos e valores mobiliários	6	7.779	8.662
Concessionárias e permissionárias	7	35.121	32.974
Tributos a compensar	8	13.868	27.161
Outros créditos		9.871	6.708
Total do ativo circulante		104.259	108.880
Não circulante			
Tributos a compensar	8	25.098	25.098
Depósitos judiciais e cauções		578	511
Empréstimos com partes relacionadas	14	232.115	199.876
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	159.644	161.840
Outros créditos		3.232	3.184
Imobilizado	10	888.748	982.536
Intangível	11	26.300	25.388
Total do ativo não circulante		1.335.715	1.398.433
Total do ativo		1.439.974	1.507.313

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	12	12.692	10.312
Empréstimos e financiamentos	13	5.418	186.076
Salários, provisões e encargos sociais		2.802	2.622
Obrigações fiscais		9.831	9.327
Dividendos a pagar		-	6.707
Outras obrigações		16.936	11.618
Total do passivo circulante		47.679	226.662
Não circulante			
Fornecedores	12	91.667	96.786
Empréstimos e financiamentos	13	88.767	13.299
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	16.578	15.786
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	211.004	222.053
Perda de investimento	9	212.267	166.575
Outras obrigações		3.232	3.184
Total do passivo não circulante		623.515	517.683
Patrimônio líquido	17		
Capital social		285.045	285.045
Reserva de reavaliação		279.590	312.532
Outros resultados abrangentes		145.504	114.361
Reservas de lucros		58.641	51.030
Total do patrimônio líquido		768.780	762.968
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.439.974	1.507.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.

Demonstrações do resultado regulatório
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta			
Disponibilização do sistema de transmissão		324.971	309.024
		324.971	309.024
Deduções da receita bruta			
Tributos e encargos			
Federais			
PIS		(5.362)	(5.099)
Cofins		(24.698)	(23.486)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(2.832)	(2.688)
Reserva global de reversão - RGR		(7.766)	(7.726)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(1.136)	(1.229)
		(41.794)	(40.228)
Receita operacional líquida	18	283.177	268.796
Custos e despesas			
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(8.440)	(10.145)
Pessoal e administradores	19	(10.995)	(9.885)
Serviços de terceiros		(17.133)	(19.243)
Depreciação e amortização		(102.475)	(115.606)
Outros gastos operacionais		(7.406)	(2.053)
		(146.449)	(156.932)
Resultado da atividade		136.728	111.864
Equivalência patrimonial		(76.835)	(68.709)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	87.213	102.746
Despesas financeiras	20	(57.307)	(130.637)
		29.906	(27.891)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		89.799	15.264
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(65.863)	(45.272)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	8.853	16.485
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		32.789	(13.523)
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		32.789	(13.523)
Acionistas não controladores (em reais)		0,0001166683	(0,0000481169)
Em reais			
Lucro (prejuízo) por ação originado das operações		0,1166682812	(0,0481169041)
Básico - lucro (prejuízo) de operações			
Atribuíveis a acionistas controladores		0,1166682808	(0,0481169039)
Detentores de ações ordinárias		0,1166682812	(0,0481169041)
Diluído - lucro (prejuízo) de operações			
Atribuíveis a acionistas controladores		0,1166682808	(0,0481169039)
Detentores de ações ordinárias		0,1166682812	(0,0481169041)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.

Demonstrações do resultado abrangente regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	32.789	(13.523)
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	31.143	67.848
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>63.932</u>	<u>54.325</u>
Atribuível A:		
Acionistas controladores	63.932	54.325
Acionistas não controladores (em reais)	0,000227	0,000193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de Lucros			Reserva de reforço de capital de giro	Reserva de reavaliação	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízo) acumulados	Total
		Capital social	Legal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais					
Saldos em 31 de dezembro de 2015		285.045	29.498	-	27.650	326.644	46.513	-	715.350
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	17	-	-	-	-	-	67.848	-	67.848
Tributo diferido sobre a reserva de reavaliação regulatória	17	-	-	-	-	21.513	-	(21.513)	-
Realização da reserva de reavaliação regulatória	17	-	-	-	-	(63.275)	-	63.275	-
Prejuízo do exercício	17	-	-	-	-	-	-	(13.523)	(13.523)
Destinações:									
Dividendo mínimo obrigatório	17	-	-	-	-	-	-	(6.707)	(6.707)
Absorção de prejuízo do exercício	17	-	1.412	20.120	-	-	-	(21.532)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		285.045	30.910	20.120	27.650	284.882	114.361	-	762.968
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	17	-	-	-	-	-	31.143	-	31.143
Aprovação de dividendos propostos	17	-	-	(20.120)	-	-	-	-	(20.120)
Tributo diferido sobre a reserva de reavaliação regulatória	17	-	-	-	-	16.970	-	(16.970)	-
Realização da reserva de reavaliação regulatória	17	-	-	-	-	(49.912)	-	49.912	-
Lucro do exercício	17	-	-	-	-	-	-	32.789	32.789
Destinações:									
Reserva legal	17	-	3.287	-	-	-	-	(3.287)	-
Adiantamento de dividendos	17	-	-	-	-	-	-	(38.000)	(38.000)
Dividendos adicionais	17	-	-	24.444	-	-	-	(24.444)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		285.045	34.197	24.444	27.650	251.940	145.504	-	768.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	32.789	(13.523)
Ajustes para reconciliar o lucro (Prejuízo) com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	102.503	115.632
Reversão das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	664	(3.320)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	910	2.022
Tributos e contribuições social diferidos	(8.853)	(16.485)
Encargos financeiros e variação cambial	(13.135)	77.340
Programa de pesquisa e desenvolvimento	2.832	2.688
Resultado de equivalência patrimonial	76.835	68.709
	194.545	233.063
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(3.057)	(3.077)
Tributos a compensar	13.293	9.872
Depósitos vinculados a litígios	(27)	5.949
Outros créditos	(3.212)	(2.515)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(2.739)	(29.074)
Obrigações fiscais	504	(17.293)
Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(324)	(4.295)
Outras obrigações	2.301	(2.997)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	201.284	189.633
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	2.506	(3.146)
Aplicações no intangível e imobilizado	(9.627)	(7.885)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(7.121)	(11.031)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de mútuos	(99.868)	(109.999)
Pagamento de juros de mútuos	(18.564)	(39.133)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	1.943
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(5.348)	(5.209)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(1.311)	(1.749)
Dividendos pagos	(64.827)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(189.918)	(154.147)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.245	24.455
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.375	8.920
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.620	33.375
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.245	24.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Enel Cien S.A. (“Companhia” ou “CIEN”), com sede no município de Niterói, RJ, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social.

Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida (“RAP”), pela ANEEL.

A cada quatro anos a Companhia é submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. Contudo, anualmente a RAP é reajustada tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”).

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 25 de abril de 2018.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela “ANEEL”.

A prestação do serviço público de transmissão é uma atividade regulada, concedida por meio de um contrato de concessão e feita por linhas e subestações que integram a rede básica, bem como por outras instalações reguladas ou não, suportadas, normalmente, por contratos bilaterais.

De acordo com as normas regulatórias, que definiram os requisitos para classificação de instalações de transmissão, ficou estabelecido que, integram a rede básica as linhas de transmissão, os barramentos, os transformadores de potência e os equipamentos com tensão igual ou superior a 230 kV integrantes do sistema interligado, com exceção das seguintes instalações e equipamentos:

- i. instalações de transmissão, incluindo as linhas de transmissão, transformadores de potência e suas conexões, quando destinadas ao uso exclusivo de centrais geradoras ou de consumidores, em caráter individual ou compartilhado;
- ii. instalações de transmissão de interligações internacionais e suas conexões, autorizadas para fins de importação ou exportação de energia elétrica; e
- iii. transformadores de potência com tensão secundária inferior a 230 kV, inclusive a conexão.

Estabeleceu, ainda, que todas as instalações já classificadas anteriormente como integrantes da Rede Básica e que se enquadrem nas exceções listadas deverão ser reclassificadas, a partir de 1º de janeiro de 2003, como instalações de uso exclusivo dos respectivos usuários, em caráter individual ou compartilhado.

As Outorgadas deverão manter controle segregado, em registros auxiliares, dos bens relativos à conexão daqueles relacionados às demais instalações de transmissão (que não sejam integrantes da rede básica).

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis regulatórias. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Para melhor entendimento do leito, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 25.

4. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis regulatórias, estão descritas a seguir.

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da CIEN. Cada controlada da CIEN determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações contábeis são convertidas para o Real na data do fechamento.

As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

4.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de transmissão é reconhecida com base em Resolução Homologatória emitido anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão.

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

<u>Normas, interpretações e alterações</u>	<u>Aplicação obrigatória para:</u>
<u>Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7</u> <i>As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais).</i>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<u>Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12</u> <i>As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.</i>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<u>Ciclo de melhorias anuais - 2015-2017</u> <i>Alterações à IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: Esclarecimento do escopo de requisitos de divulgação na IFRS 12</i> <i>As alterações esclarecem que os requisitos de divulgação da IFRS 12 distintos dos previstos nos parágrafos B10-B16 aplicam-se às participações de uma entidade em uma subsidiária, em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou em uma coligada (ou a uma parcela de sua participação em uma joint venture ou em uma coligada), que sejam classificadas (ou incluídas em um grupo para fins de alienação que seja classificado) como mantidas para venda.</i>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
As alterações e melhorias as normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, não tiveram efeito significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.	

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.5. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p><u>CPC 48 / IFRS 9: Instrumentos Financeiros</u></p> <p>Principais pontos introduzidos pela norma</p> <p><i>Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa da IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a IAS 39/CPC38, ICPC 06 e OCPC 03. Em dezembro de 2016, Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) divulgou o CPC 48, em conformidade com a IFRS 9. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação e mensuração; (ii) redução ao valor recuperável do ativo; e (iii) contabilização de hedge.</i></p> <p>Impactos da adoção</p> <p><i>A Administração da Companhia está avaliando os impactos do CPC 48. Na opinião da Administração a expectativa é que a aplicação desta norma não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.</i></p> <p><i>A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>
<p><u>CPC 47 / IFRS 15: Receita de contratos com clientes</u></p> <p>Principais pontos introduzidos pela norma</p> <p><i>Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014 e alterada em abril de 2016 e substitui o CPC 17, IAS 18/CPC30, Interpretação A e B (CPC 30), ICPC 02, ICPC 11. Em dezembro de 2016, o CPC divulgou o CPC 47, em conformidade com a IFRS 15. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Essa norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.</i></p> <p><i>A norma exige a aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificada.</i></p> <p>Impactos da adoção</p> <p><i>A Administração da Companhia realizou a revisão dos seus contratos e não identificou impactos oriundos da adoção da norma.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:	
<hr/>		
CPC 06 (R2) / IFRS 16 Leases – Arrendamentos		
Principais pontos introduzidos pela norma		
<p><i>Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas. Em dezembro de 2017, o CPC divulgou o CPC 06 (R2), em conformidade com a IFRS 16, e entrará em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.	
Impactos da adoção		
<p><i>A avaliação da Companhia dos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida junto às diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.</i></p>		
<u>Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação</u>		
<p><i>Esta interpretação esclarece a forma de determinar a data da transação com o objetivo de estabelecer a taxa de câmbio a ser usada em transações em moeda estrangeira, quando a contraprestação é paga ou recebida antes de reconhecer os ganhos, despesas ou ativos relacionados. Para esses fins, a data da transação é a data em que uma entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente do adiantamento da contraprestação.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.	
<p><i>A Interpretação passa a vigorar para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A aplicação antecipada da interpretação é permitida e deverá ser divulgada.</i></p>		
<p><i>A Companhia não espera nenhum impacto significativo em suas demonstrações contábeis.</i></p>		

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p><u>Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda</u></p> <p><i>Em junho de 2017, o IASB emitiu esta interpretação para esclarecer a aplicação dos critérios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos a serem aplicados. A interpretação aborda as seguintes questões: (i) aplicação conjunta ou independente de tratamentos fiscais; (ii) os pressupostos a serem feitos sobre a revisão dos tratamentos fiscais pelas autoridades fiscais; (iii) como determinar o lucro (prejuízo) tributário, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e alíquotas de imposto; e (iv) como considerar mudanças nos fatos e circunstâncias.</i></p> <p><i>A Interpretação passa a vigorar para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019. A aplicação antecipada da interpretação é permitida.</i></p> <p><i>A Administração está avaliando o impacto que a IFRIC 23 poderá gerar nas demonstrações contábeis, na data efetiva de sua aplicação.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.</p>

4.6. Demonstrações contábeis regulatórias

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas nas páginas 11 a 15 das referidas demonstrações, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.6.1. Imobilizado

4.6.1.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição, acrescidos do valor de reavaliação, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.6 Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

4.6.1 Imobilizado--Continuação

4.6.1.1 Imobilizado em serviço--Continuação

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.6.1.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do cálculo do preço teto da Receita Anual Permitida (RAP) nas concessões de transmissão de energia elétrica.

4.6.2. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

4.6.3. Reserva de reavaliação

A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL, Resolução Normativa no 396, de 23 de fevereiro de 2010, para os bens do ativo imobilizado ou intangível os quais estão vinculados ao serviço concedido.

Com base na segunda revisão tarifária homologada pela ANEEL, mediante a Nota Técnica ANEEL nº 139/15, a Companhia registrou em 2015 a reavaliação regulatória.

A reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação/amortização, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e contas correntes bancárias	<u>245</u>	<u>89</u>
Total de caixa e contas correntes bancárias	<u>245</u>	<u>89</u>
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	<u>29.810</u>	<u>17.814</u>
Operações compromissadas	<u>131</u>	<u>7.339</u>
Total das aplicações diretas	<u>29.941</u>	<u>25.153</u>
Fundos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	<u>-</u>	<u>6</u>
Operações compromissadas	<u>7.434</u>	<u>8.127</u>
Total de fundos exclusivos	<u>7.434</u>	<u>8.133</u>
Total	<u><u>37.620</u></u>	<u><u>33.375</u></u>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e com risco insignificante de perda de valor. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fundos de investimentos não exclusivos	<u>1.623</u>	<u>-</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	<u>5.346</u>	<u>6.583</u>
Letra Financeira - LF	<u>810</u>	<u>2.079</u>
Total de fundos de investimentos exclusivos	<u>6.156</u>	<u>8.662</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u><u>7.779</u></u>	<u><u>8.662</u></u>

Através de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Concessionárias e permissionárias

	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias		
				31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber de revendedores	28.868	655	204.864	234.387	232.498
Contas a receber com partes relacionadas (vide nota 14)	1.958	-	-	1.958	790
Subtotal	30.826	655	204.864	236.345	233.288
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(201.224)	(201.224)	(200.314)
Total	30.826	655	3.640	35.121	32.974

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa encontra-se disposta abaixo:

	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(200.314)	(910)	(201.224)

8. Tributos a compensar

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PIS e COFINS (a)	1.997	9.806	25.098	25.098
Créditos de ICMS	23	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social (b)	11.848	17.355	-	-
Total	13.868	27.161	25.098	25.098

(a) Os valores de PIS e COFINS a compensar, no montante total de R\$27.095 em 31 de dezembro de 2017 (R\$34.904 em 2016), se referem principalmente aos pagamentos a maior de PIS e COFINS realizados em anos anteriores.

Como consequência, a Companhia entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal para proceder à compensação dos mesmos.

(b) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96), além do saldo do imposto de renda pagos antecipadamente.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido pago antecipadamente, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

O investimento em controlada é contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação acionária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível à Companhia.

	Quantidade de ações	31/12/2017						
		Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação no capital %	Resultado do Exercício	Varição Cambial	Equivalência Patrimonial	Investimento
TESA Transportadora de Energía S.A.	99.999	36	(112.067)	99,999%	(39.087)	15.960	(39.087)	(112.066)
CTM - Compañía de Transmisión del Mercosur S.A.	99.99	6.593	(100.211)	99,99%	(37.752)	15.183	(37.748)	(100.201)
Total		6.629	(212.278)		(76.839)	31.143	(76.835)	(212.267)

	Quantidade de ações	31/12/2016						
		Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação no capital %	Resultado do Exercício	Varição Cambial	Equivalência Patrimonial	Investimento
TESA Transportadora de Energía S.A.	99.999	36	(88.940)	99,999%	(36.504)	36.359	(36.504)	(88.939)
CTM - Compañía de Transmisión del Mercosur S.A.	99.99	6.593	(77.644)	99,99%	(32.205)	31.489	(32.205)	(77.636)
Total		6.629	(166.584)		(68.709)	67.848	(68.709)	(166.575)

A movimentação dos investimentos está disposta no quadro abaixo:

	31/12/2017			31/12/2016		
	TESA	CTM	TOTAL	TESA	CTM	TOTAL
Saldo inicial	(88.939)	(77.636)	(166.575)	(88.794)	(76.920)	(165.714)
Varição cambial	15.960	15.183	31.143	36.359	31.489	67.848
Equivalência patrimonial	(39.087)	(37.748)	(76.835)	(36.504)	(32.205)	(68.709)
Saldo final	(112.066)	(100.201)	(212.267)	(88.939)	(77.636)	(166.575)

Em 31 de dezembro de 2017 as controladas CTM e TESA, apresentam prejuízo acumulado e capital circulante negativo, sendo, portanto, economicamente dependente de seu acionista CIEN. A Administração da Companhia continuará a prover os recursos necessários para a manutenção das atividades de suas controladas sempre que necessário. Vale ressaltar que os aportes efetuados nos últimos anos se encontram registrados como mútuos no ativo não circulante (vide nota 14) para os quais a Administração da Companhia está avaliando a capitalização integral desses mútuos nas controladas CTM e TESA.

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo imobilizado em serviço	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)+(B)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	2.395.197	-	9.787	2.404.984	9.787	(1.558.072)	846.912	939.323
Terrenos	2.762	-	-	2.762	-	-	2.762	2.762
Edificações, Obras Cíveis e Beneficentárias	83.138	-	96	83.234	96	(50.839)	32.395	35.429
Máquinas e Equipamentos	2.304.131	-	6.833	2.310.964	6.833	(1.503.191)	807.773	899.596
Veículos	4.090	-	1.262	5.352	1.262	(3.798)	1.554	626
Móveis e Utensílios	1.076	-	1.596	2.672	1.596	(244)	2.428	910
Administração	370	-	87	457	87	(249)	208	148
Máquinas e Equipamentos	215	-	87	302	87	(94)	208	148
Veículos	155	-	-	155	-	(155)	-	-
Total do ativo imobilizado em serviço	2.395.567	-	9.874	2.405.441	9.874	(1.558.321)	847.120	939.471
Ativo imobilizado em curso								
Transmissão	18.901	8.490	(9.787)	17.604	(1.297)	-	17.604	18.901
Máquinas e Equipamentos	10.323	6.029	(6.833)	9.519	(804)	-	9.519	10.323
Outros	8.578	2.461	(2.954)	8.085	(493)	-	8.085	8.578
Administração	24.164	(53)	(87)	24.024	(140)	-	24.024	24.164
Máquinas e Equipamentos	881	(53)	(87)	741	(140)	-	741	881
Outros	23.283	-	-	23.283	-	-	23.283	23.283
Total do ativo imobilizado em curso	43.065	8.437	(9.874)	41.628	(1.437)	-	41.628	43.065
Total do ativo imobilizado	2.438.632	8.437	-	2.447.069	8.437	(1.558.321)	888.748	982.536

Ativo imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2017			31/12/2016		
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Transmissão		2.404.984	(1.558.072)	846.912	2.395.197	(1.455.874)	939.323
Custo Histórico	5,43%	1.294.332	(854.889)	439.443	1.284.545	(802.597)	481.948
Reavaliação	5,43%	1.110.652	(703.183)	407.469	1.110.652	(653.277)	457.375
Administração		457	(249)	208	370	(222)	148
Custo Histórico	12,40%	579	(371)	208	492	(344)	148
Reavaliação	12,40%	(122)	122	-	(122)	122	-
Total do ativo imobilizado em serviço		2.405.441	(1.558.321)	847.120	2.395.567	(1.456.096)	939.471
Em curso							
Transmissão		17.659	-	17.659	18.901	-	18.901
Administração		23.969	-	23.969	24.164	-	24.164
Total do ativo imobilizado em curso		41.628	-	41.628	43.065	-	43.065
Total do ativo imobilizado		2.447.069	(1.558.321)	888.748	2.438.632	(1.456.096)	982.536

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Total
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.092	731	430	2.253
Máquinas e Equipamentos	4.895	724	358	5.977
Móveis e Utensílios	238	(59)	49	228
Veiculos	(11)	-	(10)	(21)
Total das adições	6.214	1.396	827	8.437

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL n° 674/2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%
Software	20,00%
Administração central	
Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n° 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados ao serviço concedido de transmissão de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As dez principais adições ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1.	COLUNA ISOLADORA LINK OPTICO	2.920
2.	GUINDAUTO ARTICULADO COM FLYJIB PJ080CV2	410
3.	ESCADA EM DEGRAUS PARA CONTEINERES POLO	339
4.	CAMINHÃO CABINE SIMPLES BI-TRUQUE_VW	263
5.	TRANSMISSORES DE CONDUTIVIDADE	254
6.	SISTEMA DE DRENAGEM SE STA	238
7.	MECANISMO OPER DISJ 1BLG1002A ABB	238
8.	TERMOVISOR FLIR T640 COM LENTE DE 15°	197
9.	RADIO PORTATIL DMR	171
10.	SISTEMA DE BANCO DE BATERIA	171

11. Intangível

A composição do intangível é como segue:

Ativo intangível em serviço	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	23.826	-	391	24.217	391	(603)	23.614	23.324
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	785	-	336	1.121	336	(603)	518	283
Outros	23.041	-	55	23.096	55	-	23.096	23.041
Administração	1.187	-	229	1.416	229	(573)	843	791
Softwares	1.187	-	229	1.416	229	(573)	843	791
Total do ativo intangível em serviço	25.013	-	620	25.633	620	(1.176)	24.457	24.115
Ativo intangível em curso								
Transmissão	420	93	(391)	122	(298)	-	122	420
Softwares	420	52	(336)	136	(284)	-	136	420
Outros	-	41	(55)	(14)	(14)	-	(14)	-
Administração	853	1.097	(229)	1.721	868	-	1.721	853
Softwares	853	1.097	(229)	1.721	868	-	1.721	853
Total do ativo intangível em curso	1.273	1.190	(620)	1.843	570	-	1.843	1.273
Total do ativo intangível	26.286	1.190	-	27.476	1.190	(1.176)	26.300	25.388

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo intangível	Taxas anuais médias de amortização (%)	31/12/2017			31/12/2016		
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Transmissão		24.218	(603)	23.615	23.826	(502)	23.324
Custo Histórico	20,00%	11.529	(4.054)	7.475	11.137	(3.959)	7.178
Reavaliação	20,00%	12.689	3.451	16.140	12.689	3.457	16.146
Administração		1.415	(573)	842	1.187	(396)	791
Custo Histórico	20,00%	1.455	(624)	831	1.227	(447)	780
Reavaliação	20,00%	(40)	51	11	(40)	51	11
Total do ativo intangível em serviço		25.633	(1.176)	24.457	25.013	(898)	24.115
Em curso							
Transmissão		121	-	121	420	-	420
Administração		1.722	-	1.722	853	-	853
Total do ativo intangível em curso		1.843	-	1.843	1.273	-	1.273
Total do ativo intangível		27.476	(1.176)	26.300	26.286	(898)	25.388

12. Fornecedores

	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Materiais e serviços	9.595	-	10.080	-
Partes relacionadas (vide nota 14)	3.097	91.667	232	96.786
Total	12.692	91.667	10.312	96.786

13. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2017	31/12/2016	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
BNDES Fname	1.406	1.967	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	3,5% a.a.
BNDES Fname Seccionamento	12.070	16.718	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8% a.a.
Empréstimos e financiamentos	13.476	18.685					
Enel Brasil (vide Nota 14)	-	66.476	21/12/2015	15/12/2017	Mensal	Empréstimos	CDI +2,50%
Enel Brasil (vide Nota 14)	80.709	114.214	15/09/2016	15/00/2020	Mensal	Empréstimos	CDI +3,00%
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	80.709	180.690					
Total de empréstimos e financiamentos	94.185	199.375					
Circulante	5.418	186.076					
Não circulante	88.767	13.299					

Instituição	Objeto	Valor Total	Plano de Investimento	Saque
BNDES Fname	Implantação de reforços na rede básica de transmissão da CIEN	3.296	2016	89%
BNDES Finam Seccionamento	Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários à implantação de reforços na rede básica de transmissão da CIEN	29.520	2016	82%

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No financiamento junto ao BNDES, a Companhia comprometeu-se a cumprir anualmente as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2017:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	0,60

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, excluindo os efeitos dos custos de transação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

	31/12/2017
2019	5.371
2020	83.396
Total não circulante	88.767

14. Partes relacionadas

Moe da	Encargos Financeiros	Natureza das operações	31/12/2017				Resultado		
			Ativo		Passivo		Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras	
			Circulante*	Não circulante*	Circulante*	Não circulante*			
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S. A.	USD	Libor + 4,00% a.a.	Mútuos	-	115.006	-	-	-	16.046
TESA - Transportadora de Energia S. A.	USD	Libor + 4,00% a.a.	Mútuos	-	117.109	-	-	-	16.193
Enel Brasil S. A.	Real	CDI + 3,00% a.a.	Mútuos	-	-	-	80.709	-	(18.452)
				-	232.115	-	80.709	-	13.787
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S. A.	USD	N/A	Outras contas a pagar	-	-	-	3.232	-	-
TESA - Transportadora de Energia S. A.	USD	N/A	Outras contas a receber	-	3.232	-	-	-	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S. A.	ARG	N/A	Transporte de energia	-	-	-	67.111	(6.240)	9.870
Endesa Constaneira S. A.	ARG	N/A	Transporte de energia	-	-	-	24.556	(2.200)	3.688
Enel Brasil S. A.	Real	N/A	Outras contas a pagar	-	-	461	-	-	-
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	435	-	-	-	2.857	-
AMPLA energia e serviços S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	582	-	-	-	3.641	-
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	38	-	-	-	441	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	80	-	-	-	919	-
Enel Itália	EURO	Segue disposição contratual	Serviços tecnologia ICT	-	-	2.636	-	(2.016)	-
Enel Green Power	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	85	-	-	-	551	-
CELG Distribuição S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	738	-	-	-	3.119	-
Enel Iberoamericana	EURO	N/A	Serviços	-	-	-	-	-	(1)
				1.958	3.232	3.097	94.899	1.072	13.557
Total				1.958	235.347	3.097	175.608	1.072	27.344

Moe da	Encargos Financeiros	Natureza das operações	31/12/2016				Resultado		
			Ativo		Passivo		Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras	
			Circulante*	Não circulante*	Circulante*	Não circulante*			
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S. A.	USD	Libor + 4,00% a.a.	Mútuos	-	98.913	-	-	-	(14.448)
TESA - Transportadora de Energia S. A.	USD	Libor + 4,00% a.a.	Mútuos	-	100.963	-	-	-	(17.543)
Enel Brasil S. A.	Real	CDI + 3,00% a.a.	Mútuos	-	-	180.690	-	-	(39.244)
				-	199.876	180.690	-	-	(71.235)
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S. A.	USD	N/A	Outras contas a pagar	-	-	-	3.184	-	-
TESA - Transportadora de Energia S. A.	USD	N/A	Outras contas a receber	-	3.184	-	-	-	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S. A.	ARG	N/A	Transporte de energia	-	-	-	70.741	(7.500)	30.029
Endesa Constaneira S. A.	ARG	N/A	Transporte de energia	-	-	-	26.045	(2.645)	11.194
Enel Brasil S. A.	Real	N/A	Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-
PRÁTIL - En-Brasil Comércio e Serviços S. A.	Real	N/A	Outras contas a pagar	-	-	43	-	-	-
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	192	-	-	-	1.877	-
AMPLA energia e serviços S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	336	-	-	-	3.053	-
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	59	-	-	-	508	-
CDSA - Cachoeira Dourada S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	125	-	-	-	1.072	-
ENELItália	EURO	Segue disposição contratual	Serviços tecnologia ICT	-	-	189	-	-	-
Enel Green Power	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	35	-	-	-	416	-
				747	3.184	232	99.970	(3.219)	41.223
Total				747	203.060	180.922	99.970	(3.219)	(30.012)

* Esses valores são classificados como contas a receber (Nota 7), empréstimos com partes relacionadas (nota 13), outros créditos, fornecedores (Nota 12) e outras obrigações.

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 254 (R\$ 188 em 2016). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

15. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Segue abaixo a conciliação das taxas efetivas e nominais:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	89.799	89.799	15.264	15.264
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	<u>(22.425)</u>	<u>(8.082)</u>	<u>(3.792)</u>	<u>(1.374)</u>
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(15.702)	(10.801)	(17.746)	(5.875)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(38.127)</u>	<u>(18.883)</u>	<u>(21.538)</u>	<u>(7.249)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(48.408)	(17.455)	(33.228)	(12.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.281	(1.428)	11.690	4.795
Total	<u>(38.127)</u>	<u>(18.883)</u>	<u>(21.538)</u>	<u>(7.249)</u>
Total efeito no resultado		(57.010)		(28.787)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo não circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	68.416	68.107
Provisão para ações judiciais e regulatórias	5.690	5.418
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	44.483	47.914
Outras provisões	41.055	40.401
	<u>159.644</u>	<u>161.840</u>
Passivo não Circulante		
Variação cambial não realizadas	66.972	61.051
Reavaliação regulatória	144.032	161.002
	<u>211.004</u>	<u>222.053</u>
	<u>(51.360)</u>	<u>(60.213)</u>

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

Provisões com risco provável

	31/12/2016		31/12/2017		
	Saldo acumulado	Adições	Atualizações monetárias	Pagamentos	Saldo acumulado
Trabalhista	-	35	14	(13)	36
Cíveis	14.758	311	369	(311)	15.127
Fiscais	1.028	318	69	-	1.415
Total	15.786	664	452	(324)	16.578

Contingências com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

Tipo	Requerente	Objeto	Avaliação da probabilidade de perda	Valor Total	Decisão preliminar	Status
Civil	Engie (Anteriormente denominada Tractebel)	A Engie ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela CIEN, do "Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potencia firme e energia associada proveniente da Argentina" firmado em 20 de outubro de 1999 pedindo a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potencia firme e energia associada".	Esta baseada no fato da Engie ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, e os seus consequentes efeitos sobre o referido contrato que a Companhia considera como evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato.	Multa rescisória de R\$ 117.000, além de penalidades por indisponibilidade de potencia cujos valores não podem ser estimados pela Companhia no momento	N/A	O processo se encontra suspenso até o desfecho de outra ação judicial envolvendo as partes, que tem objeto prejudicial ao desenvolvimento dessa
Civil	Fumas	Projeto de implantação de rede básica de transmissão de energia - Garabi II	Esta baseada no fato da Fumas ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, e os seus consequentes efeitos sobre o referido contrato que a Companhia considera como evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato.	Multa rescisória de R\$ 520.000 e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores não podem ser estimados pela Companhia no momento	O processo foi julgado improcedente em relação a todos os pedidos feitos por Fumas, que apresentou apelação	CIEN apresentou contra-razões ao recurso apresentado por Fumas, o qual se encontra pendente de julgamento pelo Tribunal de Justiça

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tipo	Requerente	Objeto	Avaliação da probabilidade de perda	Valor Total	Decisão preliminar	Status
Fiscal	Receita Federal	A receita federal está cobrando da companhia débitos de PIS e COFINS. A Cien argumenta que tais débitos já encontram-se decaídos.	Possível	8.303	A decisão da primeira instância parcialmente favorável reconhecendo a nulidade de partes das Certidões de Dívida Ative presentes na execução fiscal. Decisão de segunda Instância desfavorável, mantendo os débitos	Aguardando o julgamento da apelação apresentada pela Companhia em relação a parte que lhe foi desfavorável. Aguardando decisão de novo recurso apresentada pela Companhia (Agravos)
Fiscal	Receita Federal	A companhia questiona valor remanescente de multa aplicada em auto de infração cujo o principal já foi pago.	Possível	11.540	Decisão de primeira instância administrativa desfavorável à Companhia	Aguardando julgamento do recurso à segunda instância administrativa apresentado pela Companhia.
Fiscal	Estado do Rio Grande do Sul	Execução Fiscal apresentada pelo Estado do Rio Grande do Sul para cobrança de diferencial de alíquota de ICMS incidente nas importações de equipamentos feitas através do Estado do Rio de Janeiro e transferidas ao Estado do Rio Grande do Sul, destinadas ao ativo fixo da companhia.	Possível	18.781	Decisão desfavorável à Companhia em agravo em Recurso Especial determinando o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado para novo julgamento.	Aguardando julgamento do agravo regimental apresentado pela Companhia.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social subscrito e integralizado, está representado, conforme demonstrado abaixo:

	Ordinárias (unidades)	
	Quantidade	%
Enel Brasil S.A.	285.044.681	99,99
Outros	1	0,01
Total	285.044.682	100,00

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo nos termos do art.202, §3º, II da Lei 6.404/76. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Em complemento a reserva de reforço de capital aprovada pelos acionistas, encontra-se registrado nas demonstrações do resultado regulatório a diferença apurada entre o resultado societário e o regulatório.

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido anual societário, ajustado em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

As diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 25.

Os dividendos foram calculados com base nas demonstrações contábeis societárias e sua base de cálculo está assim composta:

	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	65.731
(-) Reserval legal	<u>(3.287)</u>
Lucro ajustado	<u>62.444</u>
Dividendos intercalares	38.000
Dividendos adicionais propostos	24.444

e) Reserva de reavaliação

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº396, de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia registrou a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição ("VNR") do ativo imobilizado e intangível em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, oriundo da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em consonância com a última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes.

A realização é feita proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior

É reconhecido os impactos da conversão das demonstrações contábeis regulatórias de controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. - CTM e Transportadora de Energia S.A. - TESA.

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita bruta de vendas		
Disponibilização da rede de transmissão	313.443	302.098
Disponibilização da rede de transmissão com partes relacionadas	11.528	6.926
Total da receita bruta de vendas	324.971	309.024
Deduções da receita bruta		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(7.766)	(7.726)
Programa de integração social - PIS	(5.362)	(5.099)
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	(24.698)	(23.486)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.832)	(2.688)
Taxa de fiscalização	(1.136)	(1.229)
Total de deduções de receita	(41.794)	(40.228)
Receita operacional líquida	283.177	268.796

19. Pessoal e administradores

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	(10.831)	(9.736)
Remuneração	(5.409)	(5.062)
Encargos	(2.271)	(1.981)
Previdência - fundação - mantenedora	(187)	(162)
Assistência médica	(655)	(695)
Despesas rescisórias	(69)	-
Participação nos lucros e resultados - PLR	(1.104)	(698)
Outros	(1.136)	(1.138)
Administradores	(164)	(149)
Honorários e encargos (diretoria e conselho)	(163)	(137)
Benefícios dos administradores	(1)	(12)
Total	(10.995)	(9.885)

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras		
Encargos sobre empréstimos com partes relacionadas	28.351	6.818
Renda de aplicação financeira	4.803	2.981
Variação cambial ativa com partes relacionadas	51.692	86.003
Outras receitas Financeiras	2.367	6.944
Total das receitas financeiras	87.213	102.746
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos com partes relacionadas	(18.452)	(39.244)
Encargos sobre empréstimos	(1.450)	(2.009)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(452)	(3.604)
Variação cambial passiva com partes relacionadas	(34.281)	(83.589)
Outras despesas Financeiras	(2.672)	(2.191)
Total das despesas financeiras	(57.307)	(130.637)
Total	29.906	(27.891)

21. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado.

Fatores de risco

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira. O saldo a pagar de empréstimos com partes relacionadas da Companhia refere-se à dívida das controladas CTM e TESA junto à ENEL Brasil S.A., os quais foram firmados em moeda estrangeira (dólar).

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Partes relacionadas		
Empréstimos com partes relacionadas	232.115	199.876
Outros Créditos	3.232	3.184
Fornecedores	(91.667)	(96.786)
Outros Obrigações	(3.232)	(3.184)
Exposição líquida	<u>140.448</u>	<u>103.090</u>

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e instituições financeiras. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes, bem como pela política de gerenciamento financeiro administrado pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nas Notas 5, 6 e 7.

c) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e aos empréstimos com partes relacionadas.

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia, caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação de 2016 fossem iguais as esperados para 2017, segundo projeções baseadas na curva futura da B3 (anteriormente denominada BM&FBovespa):

Indexador de Contrato	31/12/2017	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito Líquido no Resultado	Cenário	Efeito Líquido no Resultado
CDI	7.694	8.973	1.279	10.233	2.539
TJLP	1.105	1.291	186	1.475	370
FIXO	48	48	-	48	-
Total	8.847	10.312	1.465	11.756	2.909

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na Nota 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 5 e 6) e pelo patrimônio líquido da companhia.

O índice de endividamento no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de 7% negativo e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é de 5% negativo.

e) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos, metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação para o exercício de 2017 foi de R\$ 1.059 (R\$ 698 em 2016) no resultado do exercício.

23. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Risco	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco Operacional	01/11/2017	31/10/2018	R\$ 1.453.592	R\$ 3.805.859
Responsabilidade Civil	01/11/2017	31/10/2018	n/a	R\$ 654.040

24. Reajuste tarifário

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP – Receita Anual Permitida) é devida pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. A RAP reajustada anualmente, no mês de julho, a partir da data do primeiro reajuste tarifário ocorrido em julho de 2011, compreendendo o período de 1º e julho de um ano e 30 de junho do ano subsequente. Em 27 de junho de 2017 a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.258 que estabeleceu as receitas anuais permitidas para as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, pela disponibilização das instalações de transmissão sob sua responsabilidade com vigência a partir de 1º de julho de 2017.

Valores correspondentes para o período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018:

RAP (REH nº 2.258)	322.728
TFSEE (Despacho nº 2.188, de 21 de julho de 2017)	(1.120)
P&D	(3.227)
RGR (Despacho nº 2.927, de 13 de setembro de 2017)	(8.457)
PIS/COFINS	<u>(29.852)</u>
Receita anual líquida	280.072

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as informações regulatórias:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalente de caixa	37.620	-	37.620	33.375	-	33.375
Títulos e valores mobiliários	7.779	-	7.779	8.662	-	8.662
Concessionárias e permissionárias	35.121	-	35.121	32.974	-	32.974
Tributos a compensar	13.868	-	13.868	27.161	-	27.161
Outros créditos	9.871	-	9.871	6.708	-	6.708
Total do ativo circulante	104.259	-	104.259	108.880	-	108.880
Não circulante						
Tributos a compensar	25.098	-	25.098	25.098	-	25.098
Depósitos judiciais e cauções	578	-	578	511	-	511
Empréstimos com partes relacionadas	232.115	-	232.115	199.876	-	199.876
Imposto de renda e contribuição social diferidos	92.672	66.972	159.644	100.789	61.051	161.840
Outros créditos	3.232	-	3.232	3.184	-	3.184
Imobilizado	481.223	407.525	888.748	525.160	457.376	982.536
Intangível	10.203	16.097	26.300	9.230	16.158	25.388
Total do ativo não circulante	845.121	490.594	1.335.715	863.848	534.585	1.398.433
Total do ativo	949.380	490.594	1.439.974	972.728	534.585	1.507.313
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	12.692	-	12.692	10.312	-	10.312
Empréstimos e financiamentos	5.418	-	5.418	186.076	-	186.076
Salários, provisões e encargos sociais	2.802	-	2.802	2.622	-	2.622
Obrigações fiscais	9.831	-	9.831	9.327	-	9.327
Dividendos a pagar	-	-	-	6.707	-	6.707
Outras obrigações	16.936	-	16.936	11.618	-	11.618
Total do passivo circulante	47.679	-	47.679	226.662	-	226.662
Não circulante						
Fornecedores	91.667	-	91.667	96.786	-	96.786
Empréstimos e financiamentos	88.767	-	88.767	13.299	-	13.299
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16.578	-	16.578	15.786	-	15.786
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	211.004	211.004	-	222.053	222.053
Perda de investimento	212.267	-	212.267	166.575	-	166.575
Outras obrigações	3.232	-	3.232	3.184	-	3.184
Total do passivo não circulante	412.511	211.004	623.515	295.630	222.053	517.683
Patrimônio líquido						
Capital social	285.045	-	285.045	285.045	-	285.045
Reserva de reavaliação	-	279.590	279.590	-	312.532	312.532
Outros resultados abrangentes	145.504	-	145.504	114.361	-	114.361
Reservas de lucros	58.641	-	58.641	51.030	-	51.030
Total do patrimônio líquido	489.190	279.590	768.780	450.436	312.532	762.968
Total do passivo e do patrimônio líquido	949.380	490.594	1.439.974	972.728	534.585	1.507.313

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário--Continuação

	31/12/2017			31/12/2016		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita operacional bruta						
Disponibilização do sistema de transmissão	324.971	-	324.971	309.024	-	309.024
	324.971	-	324.971	309.024	-	309.024
Deduções da receita bruta						
Tributos e encargos						
PIS	(5.362)	-	(5.362)	(5.099)	-	(5.099)
Cofins	(24.698)	-	(24.698)	(23.486)	-	(23.486)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.832)	-	(2.832)	(2.688)	-	(2.688)
Reserva global de reversão - RGR	(7.766)	-	(7.766)	(7.726)	-	(7.726)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(1.136)	-	(1.136)	(1.229)	-	(1.229)
	(41.794)	-	(41.794)	(40.228)	-	(40.228)
Receita operacional líquida	283.177	-	283.177	268.796	-	268.796
Custos e despesas						
Energia elétrica comprada para revenda			-			
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(8.440)	-	(8.440)	(10.145)	-	(10.145)
Pessoal e administradores	(10.995)	-	(10.995)	(9.885)	-	(9.885)
Serviços de terceiros	(17.133)	-	(17.133)	(19.243)	-	(19.243)
Depreciação e amortização	(52.563)	(49.912)	(102.475)	(52.331)	(63.275)	(115.606)
Outros gastos operacionais	(7.406)	-	(7.406)	(2.053)	-	(2.053)
	(96.537)	(49.912)	(146.449)	(93.657)	(63.275)	(156.932)
Resultado da atividade	186.640	(49.912)	136.728	175.139	(63.275)	111.864
Equivalência patrimonial	(76.835)	-	(76.835)	(68.709)	-	(68.709)
Resultado financeiro						
Despesas financeiras	(57.307)	-	(57.307)	(130.637)	-	(130.637)
Receitas financeiras	87.213	-	87.213	102.746	-	102.746
	29.906	-	29.906	(27.891)	-	(27.891)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	139.711	(49.912)	89.799	78.539	(63.275)	15.264
Imposto de renda e contribuição social correntes	(65.863)	-	(65.863)	(45.272)	-	(45.272)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.117)	16.970	8.853	(5.028)	21.513	16.485
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	65.731	(32.942)	32.789	28.239	(41.762)	(13.523)
Atribuível Aos:						
Acionistas controladores	65.731		32.789	28.239		(13.523)
Acionistas não controladores (em reais)	0,0002338810		0,0001166683	0,0001004787		(0,0000481169)
Em reais						
Lucro (prejuízo) por ação originado das operações	0,2338809599		0,1166682812	0,1004786847		(0,0481169041)
Básico - Lucro (prejuízo) de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	0,2338809591		0,1166682808	0,1004786844		(0,0481169039)
Detentores de ações ordinárias	0,2338809599		0,1166682812	0,1004786847		(0,0481169041)
Diluído - lucro (prejuízo) de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	0,2338809591		0,1166682808	0,1004786844		(0,0481169039)
Detentores de ações ordinárias	0,2338809599		0,1166682812	0,1004786847		(0,0481169041)

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário--Continuação

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

25.1. Imobilizado

25.1.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos que têm Valor Novo de Reposição ("VNR"). O VNR é o valor atribuído na reavaliação do ativo pela ANEEL. Os ativos que já foram reavaliados quando movimentados financeiramente pela depreciação e baixa, dar-se origem a montantes que apenas devem refletir na contabilidade regulatória, por regulamentação decorrente da Resolução ANEEL 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a Adoção da Lei 11.638/2007. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

25.2. Intangível

25.2.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos que tem VNR. O VNR é o valor atribuído na reavaliação do ativo pela ANEEL. Os ativos que já foram reavaliados quando movimentados financeiramente pela depreciação e baixa, dar-se origem a montantes que apenas devem refletir na contabilidade regulatória, por regulamentação decorrente da Resolução nº396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a Adoção da Lei 11.638/2007. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

26. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Patrimonio líquido societário	489.190	450.436
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reavaliação regulatória compulsória	1.052.715	1.052.715
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(629.093)	(579.181)
Tributos diferidos sobre a reserva de reavaliação regulatória	(144.032)	(161.002)
Patrimonio líquido regulatório	<u>768.780</u>	<u>762.968</u>

Enel Cien S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido societário	65.731	28.239
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Depreciação sobre a reavaliação regulatória compulsória	(49.912)	(63.275)
Diferido sobre a reavaliação regulatória compulsória	16.970	21.513
Lucro líquido (prejuízo) regulatório	<u>32.789</u>	<u>(13.523)</u>

Niterói - RJ, 25 de abril de 2018.

Abel Alves Rochinha
Diretor Presidente

Carlos Ewandro Naegele Moreira
Diretor de Recursos Humanos e Organização

Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira
Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

Margot Frota Cohn Pires
Diretora de Compras

Orestes Lizardo Castañeda Pacheco
Diretor de Operações

Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira
Diretor Administrativo

José Alves Mello Franco
Diretor de Regulação

Déborah Meirelles Rosa Brasil
Diretora Jurídica

Janaína Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação